

ARTIGO

O MUSEU PEDAGOGIUM NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA:

ENTRE PRÁTICAS FORMATIVAS E EDITORIAIS NO DISTRITO
FEDERAL (1890 - 1896)

DIEGO DIAS SALGADO

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutorando em Ciências Humanas-Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8699-6835>

BRUNO ADRIANO RODRIGUES DA SILVA

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Escola de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0772-2503>

RESUMO: Neste artigo, estudamos a relação entre o Pedagogium e a Revista Pedagógica, na configuração de processos “civilizatórios” via política educacional brasileira, no fim do século XIX. Consideramos os aspectos transnacionais de difusão de valores liberais e positivistas voltados à institucionalização escolar e à escolarização através dos museus pedagógicos e do periodismo especializado. A perspectiva teórico-metodológica utilizada nas fontes ocorreu de modo “serial”. Foi possível detectar a estruturação e a afirmação de uma cultura educacional republicana pelas materialidades e ideologias propostas por atividades expositivas, formativas e editoriais do estabelecimento museológico.

PALAVRAS-CHAVE: Museus Pedagógicos. Políticas Educacionais. Práticas Educativas. História da Educação.

THE PEDAGOGIUM MUSEUM IN BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY: BETWEEN TRAINING AND PUBLISHING PRACTICES IN THE FEDERAL DISTRICT (1890 - 1896)

ABSTRACT: In this article, we study the relationship between the Pedagogium and the Revista Pedagógica, in the configuration of “civilizing” processes via Brazilian educational policy at the end of the 19th century. We consider the transnational aspects of the dissemination of liberal and positivist values aimed at school institutionalization and schooling through pedagogical museums and specialized periodicals. The theoretical-methodological perspective used in the sources was “serial”. It was possible to detect the structuring and affirmation of a republican educational culture through the materialities and ideologies proposed by the museum's exhibition, training and editorial activities.

KEYWORDS: Pedagogical museums. Educational Policies. Educational Practices. History of Education.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v83p263-289>

Recebido em: 21/03/25

Aprovado em: 15/07/25



Introdução

A historicidade dos museus pedagógicos poderá ser encontrada nos trabalhos de Antônio Nóvoa (2006), Silva e Scagliola (2019) e Zita Rosane Possamai (2015; 2019), esta que, por sua vez, evidenciou um estrato do discurso proferido pelo docente Philibert Pompée, no Campo de Março em Paris, quando foi realizada a Exposição Universal de 1867. A retórica de Pompée atuou em favor da organização de espaços especificamente voltados à apresentação material de objetos escolares, bem como da construção de análises comparativas entre as realidades da instrução de diversos lugares:

Porque é que, partindo da exposição escolar de 1867, não havemos de propor a criação em Paris de uma exposição internacional permanente de todos os objetos que podem ajudar os professores a desenvolver as capacidades morais, físicas e intelectuais das crianças que lhes são confiadas? Para os professores de Paris, dos departamentos e do estrangeiro, seria um lugar de informação, de comparação e de estudo (Majault, 1979, p. 56-57 *apud* Possamai, 2011, p. 111).

Por vezes imerso em problematizações de caráter internacional, o caso da construção de museus pedagógicos no Brasil pode ser estudado através dos seguintes referenciais teóricos: Kuhlmann Jr. (2001), Gondra (1997, 2010), Bastos (2000, 2011) e Pesavento (1997), os quais correlacionam a educação brasileira com modernos movimentos da institucionalização museológica com manifestações pedagógicas e educacionais nas sociedades burguesas; a estruturação dos pensamentos educacionais liberais e republicanos e a organização de retóricas formativas às populações em exposições universais.

O objetivo deste artigo é examinar ações desempenhadas pelo Museu Pedagogium na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1896, pois partimos do pressuposto de que suas atividades institucionais difundiam um ideário republicano que visava a instauração de um processo civilizatório na sociedade brasileira, mais particularmente o que tinha relação com a cidade do Rio de Janeiro.

Como fontes¹, consideramos o que circulou na Revista Pedagógica, o periódico do Museu. Examinamos, também, os periódicos Jornal do Brasil (RJ),

¹ Os documentos da pesquisa encontram-se na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; no Arquivo Nacional e no Portal da Câmara dos Deputados.

O Paiz (RJ) e Gazeta de Notícias (RJ), onde encontramos evidências da atuação do Pedagogium, além de dois impressos periódicos franceses, a *Revue Générale de l'Architecture et des Travaux Publics* e a *Revue Pédagogique de Paris*, cujas ideias eram convergentes aos objetivos políticos do Estado Brasileiro no que se refere aos processos civilizatórios via institucionalização de estabelecimentos educacionais.

No domínio da Educação, as fontes foram consideradas como testemunhos e discursos produzidos em uma época, para serem abordadas de modo serial, isto é, “com algum nível de homogeneidade, e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis com o intuito de identificar regularidades” (Barros, 2004, p. 147). Esperamos, ao fim, contribuir com as discussões sobre a História da Educação, em geral, e sobre os Museus Pedagógicos, mais especificamente.

A fundação do Pedagogium e a Revista Pedagógica

Ainda no regime monárquico ocorreram iniciativas de intelectuais que entendiam a Educação como uma prática necessária à modernização da sociedade (Bastos, 2002, p. 67). Havia o declínio do reinado de Pedro II e o avanço dos abolicionistas que contribuíram com o fortalecimento de valores republicanos e liberais no contexto (Alonso, 2015).

Leôncio de Carvalho, natural do Rio de Janeiro, advogado, professor na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1878, foi convidado a ocupar a Pasta dos Negócios do Império. Ganhou notoriedade através da reforma educacional de nº. 7.247, de 1879, que reconfigurou os ensinos primário e secundário do Município Neutro e o ensino superior em todo Império. Que em seguida mereceu atenção do Senador Rui Barbosa, natural de Salvador (BA), advogado, responsável por redigir pareceres sobre aquela reforma, como relator da Comissão de Instrução Pública².

No debate sobre Educação à época, os museus eram mencionados. Rui Barbosa apontou os limites do regulamento de 1879, argumentando que Leôncio de Carvalho havia citado, superficialmente, a importância política das instituições museológicas do campo educacional/pedagógico. Considerando

² Disponível em: <<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/carlos-leoncio-de-carvalho>>. Acesso em: 25/07/2024.

o artigo 8º do Decreto-Lei nº. 7.247, que somente afirmou a necessidade de “fundar ou auxiliar bibliothecas e museus pedagogicos nos logares onde houver Escolas Normaes” (Bastos, 2000, p. 93).

Rui Barbosa em um de seus Pareceres informava que um museu pedagógico em países que primavam pelas práticas de ensino deveria ser uma realidade e funcionar como “membro essencial ao organismo da instrução pública” (Barbosa, 1883 *apud* Bastos, 2000, p. 93). Eram as seguintes funções dos museus de Educação:

apresentar, por espécimes concretos, documentos autênticos e meios figurativos, a história do progresso do ensino no país; demonstrar, por meios análogos, a sua situação atual; reunir, em coleções completas, todos os instrumentos do material técnico do ensino; oferecer ao exame do professorado os tipos e modelos mais aproveitáveis de mobília escolar; juntar, numa exposição permanente, as amostras de todas as invenções e aperfeiçoamentos, produzidos pela indústria nacional e estrangeira, no tocante ao material clássico; constituir, mediante exemplificações gráficas, planos, amostras, conferências e investigações especiais no seu laboratório, uma escola completa de higiene escolar; estabelecer sistematicamente, com as províncias e com os países estrangeiros, a permutação dos objetos, documentos, informações e serviços, que interessem o ensino público em todos os seus graus; proporcionar aos interessados na causa da educação nacional a mais completa biblioteca pedagógica; criar, manter e desenvolver por todos os modos a estatística do ensino no país; coligir e coordenar todos os dados possíveis acerca do mesmo assunto no estrangeiro; publicar anualmente, em edições populares, o fruto deste duplo trabalho." (Barbosa, 1883, p. 190-199, *apud* Bastos, 2000, p. 94).

A Proclamação da República em 1889 estabeleceu novas formas de reflexão sobre o campo educacional, mobilizando práticas que forneceriam à nação os elementos necessários para o distanciamento de seu passado imperial, ao aproximar-se das realidades socioculturais, educativas, políticas e econômicas dos países modernos.

Foi em 1890 que o *Pedagogium* começou a funcionar provisoriamente nas instalações da antiga Imprensa Nacional, sob o decreto nº. 667 do Presidente da República Mal. Deodoro da Fonseca, de maneira a atender demandas políticas e ideológicas de renovação pedagógica no país (Marchi, 2021).

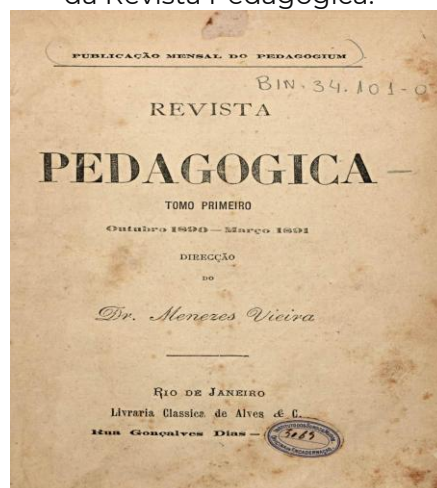
Figura 1 - Edifício do prédio da Imprensa Nacional. Inaugurado em 1877, obra do engenheiro e arquiteto politécnico Antônio de Paula Freitas, que introduziu a técnica do concreto armado no país, que aprendera na Sorbonne, para a edificação em estilo gótico que ficava na rua da Guarda Velha, atual Avenida 13 de Maio, no centro da cidade do Rio de Janeiro (Bello, 1908).



Fonte: Imagem disponível em:
<<https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/558-imprensa-nacional-1889-1930>>. Acesso em: 18/12/2024.

Tinha também um periódico que comunicava suas ideias: a Revista Pedagógica, cuja primeira publicação ocorreu em 15 de novembro de 1890, data comemorativa do primeiro ano da Proclamação da República, sendo a sua última publicação realizada em 15 de junho de 1896 (Gondra, 1997).

Figura 2 - Capa do primeiro tomo da Revista Pedagógica.



Fonte: Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReade>>

Além do Decreto-Lei nº. 667, de 1890, do qual tratou da criação de “um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium”, houve também a Legislação de nº. 980, de 8 de novembro de 1890, o “Regulamento para o Pedagogium da Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil”.³

(...) esta nova instituição ficaria subordinada ao Ministério da Instrução que seria o responsável por sua fiscalização, de sorte que esta, também, poderia ser realizada pelo inspetor-geral da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Ficam evidenciados, nesses atos, a definição do lugar a partir do qual o discurso republicano sobre as questões educacionais, neste período, foi produzido e os mecanismos estabelecidos para a exposição, circulação e controle daquele (Condra, 1997, p. 378).

De acordo com Marchi (2021, p. 20) o *Pedagogium* era uma instituição que representava, nacionalmente, os objetivos educacionais do Brasil. Tanto é que a edição de 8 out. 1890, d'O Paiz, publicou discursos liberais que envolviam o Museu Pedagogium, ao passo que associou a retórica da “cura da instrução pública” àquelas atividades institucionais que, como se vê no excerto da publicação, também dependiam de um conjunto de iniciativas políticas que objetivaram a aquisição de recursos financeiros, via abertura de um sistema de créditos, para a construção do prédio museológico e de instituições correlatas.

O governo provisório (...) resolveu abrir um crédito de 600:000\$ para ser applicado á construcção de edificios proprios para o Pedagogium, escola modelo e a inspeçtoria geral de instrucção publica incluindo na mesma verba as despesas a fazerem-se com os reparos do predio (O Paiz, ed. 03088, 1890, p. 1).

A princípio, o Museu Pedagógico funcionou em uma sede provisória no edifício da Imprensa Nacional, como dissemos, pois havia uma ação de

³ A menção às atividades do Museu Pedagogium também aparece no Decreto-Lei nº. 981, de 8 nov. 1890 (**Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Districto Federal**), assinada pelo Mal. Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

despejo de inquilinos que viviam nas instalações destinadas ao Museu, o que retardou a sua instalação, conforme podemos depreender da notícia a seguir: “O Pedagogium, que temporariamente funcionou no edificio da Imprensa Nacional, vai instalar-se no prédio da rua Visconde do Rio Branco n. 13” (O Paiz, ed. 03289, 1891, p. 1).

Joaquim José Menezes Vieira (1848-1897) foi o diretor geral do Museu pedagógico brasileiro entre os anos de 1890 e 1896. Ele nasceu em São Luís, Maranhão, proveniente das elites, veio para o Rio de Janeiro estudar Medicina em 1868 e terminou o curso em 1873. Optou profissionalmente pela Educação. Fundou, em 1875, o Colégio de Meninos Menezes Vieira com uma orientação pedagógica que seguia ideias de Mme. Pape-Carpantier, Pestalozzi, Froebel e Girard (Fernandes, 2013).

Menezes Vieira viajou para a Europa nos anos de 1882, 1888 e 1889, visitando proeminentes centros educativos. Participou também das Exposições Universais que ocorreram em 1882 na cidade de Buenos Aires e na Antuérpia em 1883, da Exposição Internacional de Higiene e Educação, realizada em Londres em 1884, assim como também da Exposição Universal de Paris. No Brasil, o intelectual maranhense se aliou a algumas associações, entre as quais a Sociedade Amantes da Instrução, a Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional (1883-1889), a Sociedade Liga do Ensino (1883-1884) e a Associação Promotora da Instrução do Rio de Janeiro (Fernandes, 2013, p. 4).

Na publicação inaugural da Revista do Museu Pedagogium há um texto do Dr. Menezes Vieira com os seus principais objetivos editoriais:

A Revista Pedagogica publicará: os actos officiaes relativos á instrucção primaria e secundaria, as conferencias e lições dos cursos do Pedagogium, memorias de Pedagogia, especialmente pratica, de autores nacionaes e estrangeiros. juizos criticos sobre os methodos e processos de ensino, todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional. Dos trabalhos dignos de nota será conservada a composição typographica para imprimirem-se fasciculos ou volumes destinados a formar a bibliotheca especial do Pedagogium. A Revista será distribuida gratuitamente aos professores publicos do ensino primario, e aos estabelecimentos publicos de instrucção, nacionaes e estrangeiros. (Revista Pedagogica, ed. 15 nov. 1890).

Gondra (1997) explica que a Revista Pedagógica atuou, por meio de sua “oficialidade” republicana, como um dispositivo de controle organizado pela classe dirigente do país, que, por sua vez, reconhecia os campos educacional e pedagógico como uma possibilidade de ampliação e consequente difusão de seus princípios e valores cívicos, disciplinares, patrióticos e nacionalistas. Não obstante, o autor expõe o posicionamento supostamente neutro dos escritos de Menezes Vieira, principalmente no que concerne às intencionalidades da revista:

(...) o Dr. Menezes Vieira faz um destaque afirmando que o fato de a Revista Pedagógica ser um periódico oficial nada tem de imperativo. Constitui-se, diferentemente desta interpretação, "uma prova de que o Governo reconhece, aprecia e quer auxiliar tão generosos esforços", e a revista seria, então, um veículo para reconhecer e legitimar os esforços considerados dignos do apoio oficial. E, assim, que o Dr. Menezes Vieira, impregnado por um discurso cívico, revestido de uma suposta neutralidade, apresenta aos leitores o veículo de circulação do discurso republicano (Gondra, 1997, p. 380).

A revista era organizada e subvencionada pelo Pedagogium, de modo a possuir condições para a impressão de seus fascículos. Porém, após a morte de Benjamin Constant, idealizador do projeto museológico e editorial, em 1891, bem como o desprestígio do Museu, medidas editoriais foram necessárias, o que impactou, inclusive, na sua periodicidade a partir de 1892 (Gondra, 1997, p. 381).

Apesar dos problemas, a Revista Pedagógica, entre outros periódicos, comunicou aspectos importantes da Educação para o seu Museu que eram vinculados aos ideais republicanos que grassavam no contexto, entre eles, a preocupação com a construção de espaços escolares, dotados de artefatos pedagógicos modernos ao contexto, as atividades formativas, a visitação ao Museu Pedagógico e à sua mudança de sede, conforme veremos nas seções seguintes.

A preocupação com a construção de espaços escolares dotados de artefatos pedagógicos modernos ao contexto

A *Revue Générale de l'Architecture et des Travaux Publics* - um periódico especializado parisiense, dirigido pelo influente arquiteto Cesar

Daly, cujas publicações mensais apresentaram, entre 1840 e 1886, notícias sobre a edificação de prédios escolares - comunicou que, após 1835, o Estado francês passou a exigir condições de salubridade às escolas que deveriam prezar pelos princípios materiais de sua monumentalidade, substituindo as antigas, estreitas e abafadas instituições escolares da época da Restauração e do Reinado de Luís Filipe (Baltar, 2001, p. 54-55).

Baltar (2001, p. 55) salienta que os programas de arquitetura publicados na *Revue Générale de l'Architecture et des Travaux Publics* privilegiaram a exposição de diversos tipos de construções escolares, fossem laicas ou religiosas, femininas ou masculinas, rurais ou urbanas. Isso repercutiu no Brasil, no final dos oitocentos, pois a revista francesa circulou internacionalmente.

Sabemos que recebíamos regularmente essas publicações e, como nas artes fomos influenciados diretamente pela França, principalmente depois da vinda da Missão Artística Francesa, imaginamos que elas tenham servido de diretriz aos nossos arquitetos. Além disso, o método de ensino mútuo, então adotado no Brasil, era o mesmo adotado nesse período de multiplicação das escolas francesas e exigia prédios adequados à sua aplicação (Baltar, 2001, p. 55).

A Revista Pedagógica do Museu tratava, sim, da edificação de prédios escolares e do fortalecimento de um projeto de escolarização naqueles momentos iniciais da república, o que pode ser evidenciado por uma ocorrência que comunica as observações realizadas pelo intelectual parisiense Mr. G. Jost, membro da *Revue Pédagogique de Paris*, em sua viagem para conhecer a organização de instituições de ensino alemãs:

Mr. G. Jost, na *Revue Pédagogique*, de Pariz, pede a atenção dos leitores desse importantíssimo periodico, para uma nova instituição que, na sua viagem pela Allemanha, alli encontrou, e que o illustre pedagogista faz votos para ver posta em pratica na França, como também nós, por motivos identicos, desejamos esse se estabeleça no Brasil, caso nos seja mistér, como é provavel. Referimo-nos às escolas destinadas aos meninos de intelligencia refractaria” (Revista Pedagógica, ed. 0034-0036, 1894, p. 252).

A publicação de notícias no impresso especializado brasileiro sobre o que Mignot e Gondra (2007) denominaram como “viagens pedagógicas” para a observação das composições arquitetônicas das instituições de ensino estrangeiras, contribuiu com a construção de imaginários sociais que

evidenciaram, aqui no Brasil, o caráter “monumental” e “civilizatório” daquelas práticas sociais de instrução e educação, guarnecidas pela materialidade institucional dos espaços formativos.

Outro elemento de destaque na Revista Pedagógica, nesse contexto de circulação de ideias, tem relação com os processos de escolarização entre os sexos masculino e feminino e suas relações com os prédios escolares. Verificamos isso em comunicações que veiculavam notícias sobre as vivências escolares na Espanha e na Noruega. No que se refere à instituição escolar espanhola, foi publicada a seguinte informação:

JARDIM INFANTIL. O asylo infantil funciona em um magnifico edificio na Calle Daoiz y Velarde n. 19, ao lado da Escola Normal, que por sua vez outro bello edificio. E' linda a fachada do jardim infantil que foi feito sob a protecção do rei D. Affonso XII (...). Uma das galerias tem ao longo das paredes, entre outros quadros mapas e trabalhos dos alunos, uma esplendida collecção de retratos de todos os homens mais notaveis da Hespanha. Em apropriadas vitrines e estantes encontra-se uma variedade innumeravel de trabalhos feitos pelos alunos, assim como cadernos de deveres escolares etc (...). Tudo na escola pertence ao systema froebeliano (...). Os fins do jardim são: ministrar ás creanças de ambos os sexos de 3 a 8 annos, a educação physica, intelectual, moral e religiosa própria de sua idade pelo methodo de Froebel, e servir de aula pratica aos alunos das escolas normaes de ambos os sexos (Revista Pedagógica, ed. Ed. 0006, 1891, p. 421-422).

O modelo republicano de escolarização espanhol também esteve presente na Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro (29 de julho - 30 de setembro de 1883), evento sobre o qual, visando apresentar as inovações inerentes aos planos de ensino, artigos científicos, informações administrativas, documentos sobre o desempenho de instituições escolares e objetos materiais voltados ao mercado da instrução, expôs a Espanha como um Estado-Nação disposto a apresentar um quadro panorâmico de seus trabalhos no Brasil (Braghini e Lima, 2019, p. 100).

A representação espanhola⁴ foi orientada tanto pelas escolhas expositivas convergentes ao pensamento educacional quanto à doação de

⁴ Braghini e Lima (2019, p. 100) afirmam que, na seção espanhola da Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, de 1883, foram apresentados trabalhos escolares, obras didáticas e, também, objetos e livros voltados ao ensino de surdos e cegos. As autoras explicam que os motivos de tamanho destaque conferido ao processo ensino-aprendizagem de pessoas surdas e cegas, no estande espanhol, não estão clarificados, ainda que talvez houvesse interesse em apresentar e vender materiais para os colégios de mesma categoria existentes na cidade carioca, já que tal exposição aconteceu sete anos após o Congresso Internacional de Paris (1878) e três anos após o Congresso de Milão (1880).

seus acervos ao Museu Pedagógico Nacional brasileiro (Braghini e Lima, 2019 *apud* Marchi, 2021, p. 83), cuja idealização à época era fruto das orientações propostas pela Reforma Leôncio de Carvalho (Decreto-Lei nº. 7.247, de 1879) e, também, pelo Parecer de Rui Barbosa (1883).

Quanto ao caso das instituições escolares norueguesas, o periódico do *Pedagogium* publicou:

Noruega. – Os edificios escolares são magnificos, têm escadas e corredores vastos e grandes janellas. Cada escola sete classes e cada classe não póde admitir mais de quarenta alumnos, em geral recebe apenas trinta a trinta e cinco. A obrigatoriedade escolar vae dos sete aos quinze annos de idade. Os alumnos têm mesas-bancos para um ou dous individuos. Cada escola possui um quarto de banho junto a um vestiario. O banhista póde dar duchas a 12 alumnos de cada vez, de modo que em pouco tempo a classe toda tem se banhado. Em muitas escolas ha espaçosas officinas para os trabalhos manuaes. Os meninos e as meninas quer na escola primária quer na escola média tem um mesmo programma, sendo entretanto obrigatorio o ensino de inglez na escola primaria de meninas (Revista Pedagogica, ed. 0025-0027, 1893, p. 136-137).

Na Revista Pedagógica (ed. 0028-0030, 1893), outra ocorrência apresenta aos seus leitores uma informação sobre o movimento transnacional de valores pedagógicos e educativos que estiveram associados à institucionalização escolar inglesa. A ocorrência indica a atuação dos “*School Boards of London*” no bojo das inquietações de “lordes, deputados, generais, sacerdotes e senhoras” sobre a questão da subvenção para a construção de novos edifícios escolares, além de outros assuntos vinculados à configuração do sistema escolar na Inglaterra.

Os *School Boards of London* eram unanimemente compostos por indivíduos dos extratos médios e das classes trabalhadoras, sendo muitos destes socialistas e comunistas, contando com um número significativo de mulheres (...). Sua ação na promoção da educação elementar foi notável, tornando Londres uma cidade composta por 400 escolas ao final do século XIX (Martin, 2005 *apud* Gouvêa, 2013, p. 390).

A publicação de informações, na Revista Pedagógica, sobre determinadas ações desenvolvidas na Inglaterra em favor da legitimação de ideários direcionados à instrução pública pode evidenciar a circulação transcontinental de retóricas condizentes com os princípios normativos

forjados pelos Estados Nacionais, sobretudo no que concerne ao controle estatal do ensino, via obrigatoriedade escolar.

Outra ocorrência na Revista Pedagógica evidencia os números da Educação no Uruguai:

Conforme os últimos dados estatísticos havia em 1895: escolas públicas 521; particulares 348; total 869. Alumnos nas escolas públicas 48.050; particulares 21.110; total 69.160. Edifícios de propriedade escolar 120. Admittindo que a população da república atinge a 822.892 habitantes; temos que 84% desses recebem os inestimáveis benefícios da instrução primária (Revista Pedagógica, ed. 0048, 1896, p. 336).

A publicação acima mencionada pode revelar um equívoco nesse dado quantitativo referente à porcentagem de discentes matriculados na instrução primária uruguaia em 1895, uma vez que o percentual de 84% jamais poderia representar a população de estudantes (n° . = 69.160) em relação à quantidade de habitantes no país (n° . = 822.892). Em razão disso, há a possibilidade de ter havido um erro na impressão dessa análise estatística, já que o número de crianças matriculadas em escolas públicas e privadas, respectivamente, corresponderia, em comparação ao total de cidadãos uruguaios, a 8,4% da população que teria acesso aos conhecimentos escolarizados em instituições de ensino.

Estatisticamente, caso a república uruguaia tivesse 84% da população escolarizada, considerando a demografia de 822.892 habitantes, o número total de estudantes seria de 691.229 de alunos e alunas. Portanto, além da possibilidade de equívoco, essa publicação também pode indicar o caráter ideológico da Revista ao dissimular dados para a passiva assimilação de muitos leitores, levando-os a crer na “pseudo-potencialidade” quantitativa e qualitativa da Educação e da instrução no país vizinho.

De acordo com Arriada *et al.* (2018):

O país vizinho, a República Oriental do Uruguai, nas primeiras décadas do século XX, era considerado por diversas nações como um possível modelo a ser investigado e, quiçá, até imitado. Os avanços e progressos renderam ao país nesse período o status de “Suíça latino-americana”. Desse modo, era comum intelectuais brasileiros periodicamente visitarem o Uruguai. Essa prática era realizada desde o final do século XIX, e se acentuou nos primeiros anos do século XX.

A comparação entre os modos de se educar e instruir as populações de países considerados civilizados foi uma realidade na segunda metade do século XIX. *Pari passu* às inovações tecnológicas e científicas veiculadas aos cotidianos urbanos através da II Revolução Industrial nas sociedades burguesas, a institucionalização de escolas, via arquiteturas, práticas de escolarização e artefatos da cultura escolar, foi objeto de discurso recorrentemente propagado em diversas revistas pedagógicas.

Outra ocorrência na Revista Pedagógica publicou informações sobre a construção dos Grupos Escolares no Brasil.

Grupos escolares. - Funcionam ainda 29 grupos escolares, devendo-se inaugurar brevemente mais 7. E' esta uma instituição victoriosa, evidenciada pela pratica e esclarecida observação. Está comprovado que a reunião de professores e alumnos em um só predio, sob uma só direcção, é de inestimavel beneficio para o ensino, pela classificação dos alumnos e sua distribuição pelos professores, segundo suas aptidões, pela efficacia da fiscalisação, pelo estímulo e economia quanto a edificios, utensilios e material (Revista Pedagógica, ed. 0048, 1896, p. 363).

A última edição da Revista Pedagógica, datada de 15 jun. 1896, publicou, na seção "Chronicas do Interior", uma notícia sobre a imponência social e material de novas escolas republicanas, bem como a sua importância sociopolítica para o "benefício do ensino" na Primeira República. Os estabelecimentos de ensino deveriam ser organizados em favor de um projeto que aglutinou instituições escolares através construção dos Grupos Escolares, com seus respectivos atos de fiscalização e elaboração de novas identidades e trajetórias profissionalizantes ao magistério.

Gondra (1997) explica que a queda da monarquia e o desenvolvimento de valores republicanos, a partir da década de 1870, propuseram a reformulação de valores associados aos campos econômicos, políticos e, também, educacionais. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as proposições políticas voltadas à institucionalização de Grupos Escolares no Brasil, a partir de 1893, representou - em termos quantitativos e qualitativos - a produção de novas concepções educacionais de discentes e docentes.

De acordo com a historiografia, no Brasil a escola primária graduada foi implantada no estado de São Paulo, em 1893, a partir da reunião de escolas isoladas agrupadas pela proximidade recebendo, por essa razão, a denominação de Grupo Escolar. Configurando-se como uma escola urbana, moderna e complexa, os primeiros grupos escolares

foram instalados no interior do estado em prédios especialmente construídos para abrigar a instituição, adotando uma arquitetura monumental e edificante que colocava a escola primária à altura de suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar a divulgação dos governos republicanos (Souza, 1998; 2007 *apud* Schueler, 2008, p. 2).

Após o detalhamento da posição da Revista Pedagógica do Museu sobre a demanda de construção de estabelecimentos escolares, considerando o conjunto de evidências apresentadas, passemos à verificação de ocorrências cotidianas nas seções seguintes, como as suas atividades formativas, a rotina de visitação e mesmo a mudança na localização do Museu Pedagógico.

As atividades formativas e as visitas ao Museu Pedagógico

Na Revista Pedagógica do Museu, o método intuitivo era comunicado como o mais apropriado à causa da educação republicana, por isso, direcionar recursos pedagógicos vinculados ao ensino pelo aspecto das coisas, organizado em torno de percepções racionais, ativas e concretas que poderia ser um meio facilitador de homogeneização político-pedagógica nacional nos primeiros anos da República.

Isso que foi dito acima pode ser verificado nas ocorrências a seguir sobre a organização interna da Exposição Permanente do Museu Pedagógico, cujos artefatos reconhecidamente modernos da cultura material escolar, à época, foram apresentados a fim de desenvolver métodos de ensino modernos:

A exposição permanente do museo pedagógico compreenderá: a bibliotheca pedagógica com uma secção circulante; a bibliotheca escolar; a collecção de documentos administrativos, legislativos e estatísticos nacionais e estrangeiros, concernentes ao ensino primário e secundário; trabalhos clássicos de professores e alunos; material de desenho; material geographico; material de sciencias phisicas e historia natural; collecções technológicas, musèos escolares, modelos, planos ou simples desenhos de edifícios, mobílias, utensilio, instrumentos e aparelhos escolares (Revista Pedagógica, ed. 0001, 1890, p. 160-161).

E ainda:

Demais, o Pedagogium está colleccionando tudo quanto existe a respeito do ensino nacional, está levantando estatísticas, terminando muitos trabalhos importantes, como a distribuição districtal das escolas no municipio federal; tudo isto' que era absolutamente desconhecido em nossas tradições administrativas e que se reputava e se reputa objecto de luxo. Esses trabalhos feitos, essas collecções interessantes realizadas e estudadas, serviriam para a aquisição de methodos melhores de ensino, para a assimilação de meios completamente differentes de tudo quanto existia entre nós em materia de pedagogia (Revista Pedagogica, ed. 0025-0027, 1893, p. 43)

O apelo à aquisição de objetos atinentes à cultura material escolar republicana para a organização da Exposição Permanente do *Pedagogium* também foi realizado no Jornal do Brasil (RJ). O comunicado solicitou a participação de docentes e editores no tocante à doação de artefatos que deveriam compor as “vitrines” da seção de Educação do Museu:

De ordem do Sr. Dr. director comunico a todos os Srs. professores e editores que, de hoje até o dia 12 do corrente, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, serão recebidos neste estabelecimento, á rua do Visconde do Rio Branco n. 13, os objectos que devão figurar na exposição escolar de que trata o art. 29 do regulamento do Pedagogium (Jornal do Brasil, ed. 00238, 2 dez. 1891, p. 3).

A Revista Pedagógica também apresentou narrativas e representações que tinham o objetivo de associar os conteúdos das disciplinas escolares com os comportamentos sociais, visando a homogeneização de hábitos e valores. Julia (2001, p. 10-11) explica que a cultura escolar também pode ser analisada mediante a observação do conjunto de práticas que permitem a transmissão dos conhecimentos selecionados para a formação dos sujeitos, ao privilegiar a incorporação dos comportamentos, normas e hábitos por meio da coordenação das finalidades que podem variar conforme as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

A configuração do aparato escolar republicano, pela perspectiva das disciplinas escolares, também pode ser apresentada nas publicações que descreveram os espaços internos do *Pedagogium*, conforme podemos depreender da ocorrência a seguir:

No pavimento terreo organizei a exposição permanente do material escolar estrangeiro e nacional: modelos de bancos, carteiras, mesas

para professores, adjuntos e alumnos; estrados, quadros negros, condutores, arithmometros, cabides, lavatorios, compendios de systema metrico decimal, quadros com vistas e plantas de edificios escolares. Uma inspeccção superficial descobre a importancia que os países europeus e americanos ligam a esta parte da organização escolar (Revista Pedagógica, ed. 0018, 1892, p. 324).

A qualificação de professores também figurava no raio de ação do Museu Pedagógico. Nessa perspectiva, afirma Marchi (2021, p. 246), o *Pedagogium* serviu como “um órgão direcionador do governo, que deveria apresentar modelos e oferecer formação, colaborando com o Ensino Primário e Secundário do país”. Também depreendemos isso da comunicação a seguir realizada pela Revista Pedagógica:

O Pedagogium, porém, vae mais longe (...). A escola normal dá apenas o tirocinio, o Pedagogium desenvolve-o, completa-o; não permite que o professor primario fique estacionario nos conhecimentos que os cursos normais lhe deram (Revista Pedagógica, ed. 0025-0027, 1893, p. 38).

“O Pedagogium, porém, vae mais longe” (Revista Pedagógica, 1893, p. 38). A ideia de ligeireza e de progresso inscrita nas primeiras linhas daquela página sintetiza a emergência sobre a qual o Estado brasileiro se referia à causa da instrução nacional, em que pese a proposição de recomendações voltadas à profissionalização do corpo docente, que, de acordo com os argumentos divulgados, não deveria ficar “*estacionario nos conhecimentos que os cursos normaes lhes deram*”.

Ainda sobre a qualificação docente, o Jornal do Brasil publicou uma notícia sobre a conferência de Osório Duque Estrada que ocorreria no Museu com o seguinte tema: “*Ruy Barbosa: sua obra litteraria e pedagogica*”: “Amanhã, á 1 hora da tarde, no salão do Pedagogium, fará o Sr. Osório Duque Estrada uma conferencia, cuja these é: Ruy Barbosa, sua obra litteraria e pedagogica” (Jornal do Brasil, ed. 00193, 11 jul. 1896, p. 3).

Osório Duque Estrada era docente do Colégio Pedro II, membro da Academia Brasileira de Letras, poeta e crítico literário. Quando jovem, havia estudado Colégio de Meneses Vieira, então diretor do Museu, o que pode indicar certa proximidade intelectual entre ambos (Costa e Soares, 2020, p. 16).

Uma notícia no Jornal O Paiz (RJ) traz à tona mais informações sobre a qualificação de professores que ocorria no Museu. Ao apresentar a

incompletude das finalidades do Pedagogium, a Revista pode divulgar, na edição de 28 de ago. 1892, tanto a urgência com que o poder público deveria destinar suas atenções à instrução do país, quanto o caráter imperativo que a instituição museal possuía no tocante à formação continuada de professores no Brasil.

Se os altos fins do Pedagogium não estão totalmente preenchidos, depende sómente do poder legislativo completal-os, e quanto ao serviço que presta e póde prestar uma instituição daquella ordem, basta conhecê-la e avaliar as multiplas faces por que deve ser encarada a instrucção publica. O Pedagogium, que encerra um museu completo de tudo quanto diz respeito aos conhecimentos humanos, sob o ponto de vista pratico e pedagogico, mantem aulas gratuitas, quer para alumnos das differentes escolas publicas, quer para os professores (O Paiz, 28 ago. 1892, ed. 03771, p. 2).

Conforme apontaram Schueler e Magaldi (2009, p. 45) o projeto da escola primária republicana esteve inserido nas iniciativas do Estado Brasileiro no tocante à construção de um imaginário pedagógico e formativo estritamente acoplado às escolas, que deveriam promover valores morais, cívicos, patrióticos e disciplinares à criança. Os aspectos civilizatórios direcionados aos discentes e familiares estenderam-se ainda para fora dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade brasileira.

No decorrer de sua existência, o Museu Pedagógico teve diversas categorias de visitantes, que foram apresentadas nominalmente não apenas nas edições da Revista Pedagógica, mas também em outros impressos da época. Na edição 00211, de 8 de novembro de 1891, do Jornal do Brasil, foi publicada uma notícia sobre as visitas de 251 pessoas ao Pedagogium, em outubro daquele mesmo ano, revelando a participação do inspetor geral da instrução pública, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, bem como de docentes e discentes de escolas do Distrito Federal.

Os Decretos-Lei nº. 667 (16 ago. 1890), nº. 980 (8 nov. 1890) e nº. 981 (8 nov. 1890) atribuíram à formação docente a principal função social do Museu Pedagógico Nacional. Não obstante, as pesquisas de Marchi (2021) trazem à baila informações sobre os diferentes usos sociais da instituição, feitos por pessoas e grupos, que não estiveram imediatamente ligados à educação escolarizada:

Os jornais mencionam que os espaços do *Pedagogium* foram usados de maneira recorrente por diferentes atividades que não estavam diretamente ligadas à escola, desde o uso do prédio para votações em período eleitoral, congressos de medicina, reuniões ordinárias da Academia Brasileira de Letras e conferências políticas. Essas atividades eram anunciadas em jornais, dando o devido endereço do *Pedagogium* como local de execução (Marchi, 2021, p. 162).

Marchi (2021) também evidencia outros intuitos das visitas, ao passo que põe em evidência que o *Pedagogium* não apenas era utilizado como meio “expositor” das inovações pedagógicas, mas também como um espaço formador de espírito científico, por meio dos recursos laboratoriais:

Sendo um Museu de exposições pedagógicas com espaços destinados para a visualização, aprendizagem e prática, o maior número de visitas eram das escolas. Os documentos, tanto a Revista Pedagógica quanto os jornais, relatam com frequência o uso dos espaços do Museu por professores e seus respectivos alunos (Marchi, 2021, p. 156).

De maneira a elucidar algumas práticas científicas que ocorreram no *Pedagogium*, foi possível encontrar uma notícia, em *O Paiz*, na qual informou sobre visitas realizadas por discentes de uma escola feminina de 2º grau, situada no Largo do Machado, em 4 de setembro de 1893, bem como pelo docente da cátedra de ciências físicas e naturais da mesma instituição, o Dr. Brício Filho. Em que pese a definição dos artigos 21 e 22 do Decreto-Lei nº. 980, de 1890, aos quais estabelecem que:

Art. 21. O *Pedagogium* terá laboratorios e gabinetes de physica, de chimica, de historia natural, convenientemente preparados para o estudo pratico dessas materias. Art. 22. Mediante autorização do director, poderão ser utilizados pelos normalistas ou pelos professores, que ahi desejarem entregar-se ao trabalho de manipulações e experiencias em horas differentes das que são destinadas aos cursos scientificos (Brasil, 1890).

As proeminências concretas e simbólicas do *Pedagogium* na política nacional de educação republicana também podem ser verificadas em uma notícia no Jornal do Brasil (RJ) que evidenciou a visita de personalidades imponentes da elite política brasileira durante a década de 1890 àquela instituição museológica. Com exemplo, nota-se as visitas, que aconteceram

entre os dias 6 e 7 de junho de 1892, dos Doutores Fernando Lobo⁵ e Rodrigues Alves⁶, assim como de quem ocupou os cargos de vice-presidente do Brasil e ministro do exterior, em 1892:

Visitou hontem, o Sr. Dr. Fernando Lobo, ministro do interior, em companhia do Dr. Rodrigues Alves, ministro da fazenda, o Pedagogium, sendo recebido pelo Dr. Menezes Vieira, director d'aquelle estabelecimento e demais empregados; percorreu as diversas secções congratulando-se ambos os visitantes com o director, pela disposição e orientação que tem dado ao pedagogium, que tanto pode influir aos destinos da instrução publica no Brazil (Jornal do Brasil, 7 jun. 1892, ed. 00158, p. 2).

A edição 00158, do Jornal do Brasil, expôs os juízos de valor que alguns representantes da elite política do Estado brasileiro tiveram durante visita às instalações prediais do Pedagogium que, uma vez dotadas de artefatos pedagógicos modernos à instrução republicana, despertaram, naqueles homens, sentimentos de empolgação com relação às proposições educacionais do estabelecimento museológico, mas, também, de críticas às limitações espaciais com que dispunham o edifício, na Rua Visconde do Rio Branco.

Uma referência adicional nesse sentido pode ser verificada no mesmo Jornal do Brasil a partir de outra visita noticiada sobre a presença de representantes do campo da instrução pública no Brasil⁷, assim como de estudantes de diversas escolas republicanas na instituição museal.

O Sr. marechal vice-presidente da Republica, em companhia do Sr. ministro do exterior, visitou hontem o Pedagogium e muito louvou o Dr. Menezes Vieira, director d'aquelle estabelecimento, pela organização que lhe tinha dado. N'essa ocasião era também o Pedagogium visitado pelo Sr. inspector geral de instrucção publica e

⁵ Fernando Lobo (1851-1918) foi advogado, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1876. Defensor da causa republicana, durante o governo do marechal Floriano Peixoto exerceu os cargos de ministro do Exterior (1891) e da Justiça e Negócios Interiores (1892). Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/606-fernando-lobo-leite-pereira>>. Acesso em: 21/11/2023.

⁶ Rodrigues Alves (1848-1919) foi o 5.º presidente do Brasil, exerceu o cargo entre 15 de novembro de 1902 e 15 de novembro de 1906. Recebeu da Princesa Isabel o título de "Conselheiro do Império". Fundou a Faculdade de Medicina de São Paulo. Foi deputado provincial, deputado geral e Ministro da Fazenda (...). Após o advento da República, Rodrigues Alves foi chamado para assumir a pasta da Fazenda na presidência de Floriano Peixoto, seguindo para o Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/rodrigues_alves/>. Acesso em: 21/11/2023.

⁷ Conforme consta na edição 03690, de 8 de junho de 1892, o *Jornal O Paiz*, o ministro da instrução pública do Distrito Federal à época era o Dr. Muniz Galvão. Disponível em: <[O Paiz \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#)>. Acesso em: 26/11/2023.

pelos alumnos de diversas escolas. As crianças, reunidas no salão das conferencias, entoaram o hymno de saudação á primeira auctoridade da Republica (Jornal do Brasil, 8 jun. 1892, ed. 00159, p. 1).

Sobre a mudança de sede do Museu Pedagógico

Diante das práticas desempenhadas pelos Museu e do reconhecimento, mesmo que parcial, dos sujeitos que o frequentavam, conseguimos verificar certa materialidade do que ali ocorria. Contudo, considerando o período de nossa análise (1890-1896), outro fato merece nossa atenção nesse quesito da materialidade: o momento em que o Museu mudou a sua sede.

Alegra-nos noticiar que de amanhã em diante o Pedagogium estará definitivamente estabelecido no novo predio á rua do Passeio n. 66, facto para que contribuimos um pouco, reclamando de continuo para aquelle estabelecimento um predio digno dos seus fins alevantados (O Paiz, 11 out. 1895, ed. 04027, p. 1).

Se por um lado, em 7 jun. 1892, o Jornal do Brasil apresentou as críticas feitas por ministros da república no tocante aos problemas e limites associados à arquitetura do Museu Pedagógico do Distrito Federal; por outro, *O Paiz* noticiou, na edição 04027, a mudança de endereço da instituição para outro logradouro da cidade carioca, a Rua do Passeio Público, que ocorreu no dia posterior àquela publicação, 12 de outubro de 1895.

A história desse novo logradouro do Museu foi apresentada, brevemente, por Marins e Schpun (2017, p. 11):

Inscritos na paisagem urbana brasileira desde o período colonial, os parques e os jardins remetem, assim, às tradições luso-tropicais de agenciamento desses espaços. O **Passeio Público do Rio de Janeiro**, criado na década de 1780, foi inspirado em jardins geométricos franceses, modelo que foi reinterpretado em Portugal e em seu mundo colonial. Ele é o exemplo mais conhecido do surgimento desses novos espaços urbanos brasileiros que, durante a segunda metade do século XVIII, associavam referências formais vindas da Europa ao cultivo de plantas nativas da América ou das Índias Orientais.

Conforme explica Marchi (2021, p. 119):

Nesse sentido, o povo do Rio de Janeiro tinha a possibilidade de fazer uma caminhada no Passeio Público e entrar para conhecer o Museu Pedagógico, onde ele teria contato com um rico acervo de materiais internacionais, sobretudo. Ou o professor, com seus alunos, após um curso no *Pedagogium*, poderia dar um passeio no importante lugar da cidade. (...) o Museu funcionava também como um objeto social da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 3 - Fachada do *Pedagogium* na Rua do Passeio Público (1922).



Fonte: *Revista Eu sei tudo* (1922, edição 00063, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro Digital) *apud* Marchi (2021).

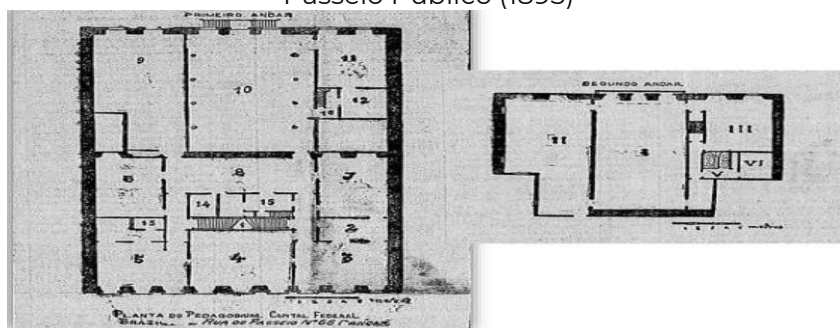
Havia, sim, uma melhor estrutura, pois, o prédio conseguia abrigar praticamente toda a coleção em um só andar, o “(...) segundo andar poderia estar ocupado pela biblioteca e sala de exposição permanente de materiais didáticos”, conforme era, inclusive a disposição do antigo edifício do Museu, “(...) onde tais espaços ficavam no último pavimento, de salas menores” (Marchi, 2021, p. 117).

A transferência do *Pedagogium* para a Rua do Passeio Público somente foi possível mediante denúncia feita pelos editores do jornal *Gazeta de Notícias*, na edição de 11 de junho de 1895. Naquela ocasião, foram evidenciadas as más condições do edifício museológico:

Para demonstrar a urgente necessidade da mudança do *Pedagogium* do edifício em que atualmente se acha, é suficiente reproduzir aqui o seguinte trecho do relatório apresentado ao Sr. Presidente da República ao Sr. Ministro da justiça e negócios interiores: “funciona o *Pedagogium* em edifício, além de acanhado, em péssimas condições de conservação, a ponto mesmo de constituir sério perigo a permanência ali desse estabelecimento. Sua mudança impõe-se, portanto, já como medida de conveniência, determinada pela necessidade de melhor e mais completo funcionamento, já como medida de segurança às vidas de seu pessoal e de resguardar aos consideráveis valores ali existentes” (*Gazeta De Notícias*, 11/6/1895, p. 1 *apud* Marchi, 2021).

Meses depois, a *Gazeta de Notícias* publicou tanto a autorização da mudança do *Pedagogium* para a Rua do Passeio, quanto a representação de suas novas configurações arquitetônicas, ainda que não tenha divulgado quaisquer especificidades sobre as instalações internas do novo espaço (Marchi, 2021, p. 116).

Figura 4 - Planta do novo prédio do *Pedagogium* na Rua do Passeio Público (1895)



Fonte: *Gazeta de Notícias* (12/10/1895, p. 1) *apud* Marchi (2021, p. 116).

Considerações finais

O artigo propôs a verificação das funções desempenhadas pelo Museu Pedagógico do Distrito Federal nos anos iniciais da Primeira República, visto que partimos do pressuposto de que as atividades práticas desenvolvidas na instituição museológica atuaram em favor da implementação de processos civilizatórios na sociedade brasileira, sendo, também, difusoras dos valores republicanos que se vincularam com a organização sociocultural e política da cidade carioca.

O trabalho examinou com enfoque social e cultural as ações desempenhadas pelo Museu Pedagogium na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1890 e 1896, por meio de uma abordagem serial de fontes legislativas, impressas e iconográficas, revelando:

- as notícias atinentes ao seu aparecimento na realidade social carioca;
- os cotidianos e práticas do museu, aqui, sendo observadas as ocorrências atinentes às visitas de agentes das sociedades política e civil;

- as informações sobre o debate transnacional de ideários e valores liberalizantes associados à educação e à construção de estabelecimentos museais com manifestações educacionais/pedagógicas;
- os processos de escolarização e institucionalização escolares;
- a história da cidade do Rio de Janeiro, do Império aos anos iniciais da República Velha.

As fontes históricas permitiram-nos constatar que a história do Pedagogium na cidade do Rio de Janeiro esteve vinculada às reformas educacionais, nacionais e internacionais, que foram organizadas em conformidade com os valores positivistas e, também, liberais de educação, instrução e ensino.

A análise da presença concreta e simbólica do Pedagogium e de sua revista, na urbanidade carioca, demonstrou que suas ações políticas, pedagógicas e editoriais se vincularam ao conjunto das relações sociais existentes e às estruturas econômicas, geográficas e culturais que integraram o fato educativo (Kuhlmann Jr. e Leonardi, 2017; Falcon, 2006).

O estudo sobre a história das atividades institucionais do museu Pedagogium, na conformação da política educacional republicana, contribuíram com o campo histórico da Educação na medida em que analisou as funções sócio-políticas e formativas do Estado brasileiro, trazendo à baila a complexidade dos fenômenos educativos ante à estruturação de novos imaginários e materialidades associados às práticas de escolarização e institucionalização de estabelecimentos educacionais no fim dos oitocentos.

As funções educativas e editoriais do Pedagogium do Rio de Janeiro também contribuíram para o debate historiográfico acerca das “materialidades” articuladas à construção de novos significados quanto à participação de “sujeitos, propostas, instituições, materiais de ensino, catálogos, anúncios, livros, revistas, manuais, exposições, (...) conferências” (Souza *et al.*, 2023, p. 3) na realidade social e cotidiana carioca na década de 1890, produzindo culturas e memórias históricas.

Se por um lado, nosso estudo teve como foco a apresentação da história do museu pedagógico no Rio de Janeiro do final do século XIX, então Distrito Federal, evidenciando as particularidades de seus cotidianos, por outro, ainda

não foi possível verificar, através das fontes, outros sujeitos históricos (além de personalidades públicas e pessoas vinculadas aos processos de escolarização da época) que compuseram as visitas às aquelas ambiências museológicas, em que pese nossa hipótese de que o Pedagogium, em razão de sua localização, à rua do Passeio Público, tinha fortes propensões às visitas na cidade do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

ALONSO, Â. **O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARRIADA, E.; *et al.* Brasil e Uruguai: influências e aproximações no campo intelectual educacional. **Educação**: PUC-RS, vol. 41, núm. 2, pp. 289-299, 2018.

BALTAR, F. M. T. dos R. Arquiteturas de escolas no século XIX primeiras escolas construídas no Brasil. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL**, Pelotas, n.10, pp. 53-84, out. 2001.

BARBOSA, R. Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública - 1883. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Vol. X. Tomo I, II, m, IV, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARROS, J. D. Os campos da História - uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 16, p. 17-35, dez. 2004.

BASTOS, M. H. C. F. Buisson no Brasil: Pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870-1900). **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 79-109, set. 2000.

BASTOS, M. H. C. Leituras da Ilustração Brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 3, jan./jun. 2002.

BASTOS, M. H. C. **Manual para os jardins de infância**: ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira: 1882. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

BELLO, O. **Imprensa Nacional 1808-1908**: apontamentos históricos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BRAGHINI, K. M. Z.; LIMA, D. B. **A seção da Espanha na primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro (1883)**. Revista Olhares: Guarulhos, v. 7, n. 3, 2019.

BRASIL. **Decreto no. 7.247, de 19 de abril de 1879, da Reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império**. Império do Brasil de 1879 – Parte II – Tomo XLII. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, p. 196-217, 1879.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº. 667 - Crêa um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium**. In: BRASIL. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº. 980. Regulamento ao Pedagogium da Capital Federal**. In: BRASIL. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº. 981. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal**. In: BRASIL. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

COSTA, P. C. da; SOARES, J. da C. O centenário da Independência Brasileira em nossas escolas primárias: narrativas históricas escolares em disputa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-22, 2020.

FALCON, F. J. C. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 328-339, maio/ago. 2006.

FERNANDES, A. L. C. **O campo pedagógico no Brasil no final do século XIX**: lugares, pessoas e instituições na construção de uma nova sociedade. XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH - Brasil) - Conhecimento histórico e diálogo social: Natal (RN), p. 1-15, 2013.

GONDRA, J. G. Dossiê: viagens de educadores, circulação e produção de modelos pedagógicos. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 13-16, jan./abr. 2010.

GONDRA, J. G. O Veículo de Circulação da Pedagogia Oficial da República: a Revista Pedagógica. **RBEP**, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 374-395, jan./dez. 1997.

GOUVÊA, M. C. S. de. Escola compulsória inglesa: história e historiografia. **Revista Brasileira de Educação**: Rio de Janeiro, v. 18 n. 53 abr.-jun. 2013.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, nº1 jan./jun. 2001.

KUHLMANN JR., M. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: EDUSP, 2001.

KUHLMANN JR., M.; LEONARDI, P. História da Educação no quadro das relações sociais. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre v. 21 n. 51, p. 207-227, jan./abr., 2017.

MAJAULT, J. **Le Musée Pédagogique**: origines et foundation (1872-1979). Paris: CNDP, 1979.

MARCHI, C. **História do Museu Pedagógico Nacional**: Pedagogium – um museu de grandes novidades (1890-1919). Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade, PUC-SP, São Paulo, Brasil, 2021.

MARINS, P. C. G.; SCHPUN, M. R. Introdução – Para além dos trópicos e dos consensos: atores, práticas e questões na história dos parques e jardins no Brasil. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 25, no3, p. 9-18, setembro-dezembro 2017.

MARTIN, J. To blaise the trail for women to follow along: sex, gender and politics of education on the London School Boards (1870-1904). *In*: MCCULLOCH, G. (Org.). **The routledge reader in history of education**. London: Routledge, p. 118-135, 2005.

MIGNOT, A. C.; GONDRA, J. G. **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

NÓVOA, A. **La construction du «modèle scolaire» dans l'Europe du Sud-Ouest (Espagne, France, Portugal) des années 1860 aux années 1920**. Doctorat d'Histoire, UPARIS IV, Paris, France, 2006.

PESAVENTO, S. J. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

POSSAMAI, Z. R. Exposição, Coleção, Museu Escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 103-119, out./dez. 2015.

POSSAMAI, Z. R. Museus Pedagógicos Nacionais: Brasil e França, século XIX. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB (Museologia e Interdisciplinaridade)**, Brasília, v. 85, n. 16, p. 69-87, 2019.

SCHUELER, A. F. M. de. "Escolas de verdade" para a República do Brasil: os grupos escolares na capital federal. *In*: XIII Encontro de História, 2008, Seropédica. **XIII Encontro de História. Identidades. Caderno de Resumos e programação..** Rio de Janeiro: Armazem das Letras, v. 1. p. 280-280, 2008.

SCHUELER, A. F. M. de; MAGALDI, A. M. B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, n.13, v. 26, 2009.

SILVA, V. L. G.; SCAGLIOLA, G. Museo Pedagógico José Pedro Varela: expressando uma comunidade de aspirações! **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB (Museologia e Interdisciplinaridade)**, Brasília, v. 8, p. 88-104, 2019.

SOUZA, G. de; CORDEIRO, A. B.; BENCOSTTA, M. L.; NERY, A. C. B. História da educação e materialidades: recolhas e escolhas em pesquisas. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2023.

SOUZA, R. (Coordenação). **Por uma teoria e uma história da escola primária graduada no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950), financiado pelo CNPq, Edital Universal MCT/CNPq n. 15/2007.

SOUZA, R. **Templos de civilização** – a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.